

ACORDO DA DÍVIDA SAI EM DIAS

01 JUL 1992

CMN aprova elevação do pagamento de juros e remove último obstáculo

JORNAL DA TARDE

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, obteve ontem autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN) para elevar o pagamento dos juros correntes de dívidas do País junto a bancos privados estrangeiros. Dos atuais 30%, o pagamento passará a 50% do montante de juros devido. Para o presidente do Banco Central, Francisco Gros, a decisão do CMN remove o último obstáculo à assinatura do acordo entre o Brasil e os bancos credores. Gros se baseou na avaliação do negociador da dívida, Pedro Malan, e do diretor de Assuntos Internacionais do BC, Arminio Fraga, que estão em Nova York.

De acordo com Gros, já foi resolvida até a questão das garantias, embora o Brasil ainda dependa da confirmação de empréstimos do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e dos próprios bancos privados para arcar com o montante de US\$ 3,2 bilhões exigidos pelos credores para o início do acordo. Segundo Gros, o País não terá problemas em aportar metade



Gros: negociações com bancos na reta final.

deste montante.

Os bancos, de acordo com Gros, não aceitaram refinanciar 70% dos juros correntes não pagos pelo Brasil. Desde janeiro do ano passado, o País vem remetendo 30% dos juros que vencem mensalmente, a fim de facilitar as negociações. Nas últimas rodadas ficou acertado o refinanciamento de apenas 50% — o Brasil arcará com os 50% restantes até a assinatura do acordo. A partir daí, com a opção dos ban-

cos pelos novos bônus de refinanciamento, a dívida velha some e o País passa a pagar os credores em novas condições. Os gastos com os juros deverão somar US\$ 400 milhões este ano.

Como informa de Washington o correspondente **Paulo Sotero**, a crise política provocada no País pelas denúncias de corrupção envolvendo o presidente Fernando Collor parece ter reforçado o interesse do governo norte-americano pela rápida

conclusão do acordo entre o Brasil e os bancos. “O anúncio do acordo é uma questão de dias e não de semanas”, arriscou no final da tarde de ontem Pedro Malan, antes de iniciar conversações com os credores.

O interesse político da Casa Branca no acordo entre o Brasil e os bancos ficou claro na semana passada durante o encontro entre o secretário do Tesouro, Nicholas Brady, e onze de seus colegas latino-americanos, entre eles Marcílio. “Com o acordo entre o Brasil e os bancos, que está por acontecer, 95% do problema da dívida estarão resolvidos”, disse Brady.

Embora torçam a favor do acordo, funcionários norte-americanos não escondem o receio de que o aprofundamento da crise política no Brasil torne ainda mais remoto o cumprimento das metas de estabilização econômica acertadas com o FMI. Com isso, lembram as fontes, salvo um milagre, dificilmente o País contará com recursos dos organismos internacionais para financiar as garantias de pagamento que entregará aos credores na efetivação do acordo.

Arquivo/AE